



# Intersul planeja campanha de **DATA-BASE**

## DIRIGENTES SINDICAIS PARTICIPARAM DE PLANEJAMENTO NACIONAL DO CNE



**OUVIR PROPOSTAS E  
DEBATER IDEIAS**

pg. 2-3

**SENADO APROVA  
PLS 555**

pg. 3

**O QUE QUEREMOS  
PARA O BRASIL?**

pg. 3



## INTERSUL PLANEJA CAMPANHA NACIONAL DE DATA-BASE

*Dirigentes sindicais participaram de planejamento nacional do CNE*



Entre os dias 16 e 18/03/2016, um grupo de 6 dirigentes das entidades que compõem a Intersul participaram em Manaus, no Estado do Amazonas, das atividades que envolvem o Planejamento da Campanha Nacional dos Eletricitários para as Empresas do Grupo Eletrobras. O Planejamento Nacional é realizado a cada ano pelo Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), com apoio da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e tem o objetivo de preparar as estratégias da data base, e definir a pre-pauta de reivindicações que será submetida à aprovação da categoria eletricitária, com vistas às negociações do Acordo Coletivo de Trabalho.

O planejamento realizado em Manaus contou com apresentações e análises de conjuntura política, situação do setor elétrico brasileiro e conjuntura econômica, pelas quais se pode constatar o momento de grandes dificuldades para a luta sindical. Desde 2015 já se observa uma redução nos ganhos dos ACTs, com grandes empresas fechando

acordos com reajuste zero e apenas abono salarial. Por outro lado, a aposta em judicialização pode prejudicar a categoria, visto que estamos tratando com um judiciário e com um congresso nacional extremamente conservador, que já ameaça as liberdades democráticas e pelo viés da flexibilização tenta reduzir os direitos conquistados pela classe trabalhadora. Também se pode extrair das análises a situação do setor elétrico no momento, onde observa-se uma reorganização do setor com a preparação de muitas empresas para a privatização, com um "apetite muito grande de gigantes do setor elétrico mundial, a exemplo dos chineses. Na análise dos aspectos econômicos da conjuntura, o Dieese destacou os indicadores de PIB, Emprego (em queda) e Inflação (em alta), com redução dos investimentos (formação bruta de capital fixo) em 14%. Por outro lado, tramitam no Congresso emendas constitucionais que promovem retirada de direitos da classe trabalhadora como parte de um pretenso ajuste fiscal.

### PLANEJAMENTO INCLUIU APRESENTAÇÃO SOBRE COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO DE PLR

*Representantes da Eletrobras não compareceram para apresentação da Comissão*

Outra apresentação durante o Planejamento foi feita pela Comissão do CNE que está discutindo com a Eletrobras o novo modelo de PLR. A FNU e o CNE esperavam a participação de representantes da Holding para apresentação do andamento da comissão, mas a Empresa não atendeu ao convite enviado no mês de fevereiro pelo CNE. A ausência da Eletrobras revela a dificuldade no consenso entre a empresa e sindicatos em relação ao modelo de PLR e sobre os indicadores a serem utilizados. Os representantes do CNE informaram que tem trabalhado na comissão para minimizar o impacto que os indicadores e seus pesos podem vir a ter sobre os resultados, visto que a adoção simples das tabelas previstas no CMDE poderá vir a ser bastante prejudicial aos trabalhadores. Para a próxima semana, o CNE solicitou nova agenda com a Eletrobras, visando agilizar a finalização dessa negociação, cuja proposta final ainda deverá ser submetida ao DEST e à aprovação dos trabalhadores.

### PRÉ-PAUTA DE REIVINDICAÇÕES FOI DEFINIDA NO PLANEJAMENTO

*Plenária dos empregados da Eletrosul acontecerá no dia 02 de abril, em Jaraguá do Sul*

Considerando a conjuntura apresentada, a ameaça de privatizações, o CNE definiu como uma das principais bandeiras da campanha de data base a luta contra a privatização, assim como definiu a pre-pauta de reivindicações a ser submetida às assembleias por todo o Brasil.

Para os trabalhadores da Eletrosul que já debateram a pauta em assembleias realizadas em todas as áreas da empresa, a aprovação da pauta final será feita pelos delegados da Plenária dos empregados da Eletrosul, que este ano ocorrerá na base territorial do SINDINORTE, no norte do Estado de Santa Catarina, mais precisamente em Jaraguá do Sul no auditório do Hotel Estancia Ribeirão Grande, no dia 02 de abril de 2016.

Os sindicatos que compõem a Intersul reforçam a necessidade de que todos estejam mobilizados mais uma vez nesta campanha de data-base, participando em todos os momentos, pois as entidades representativas junto com os trabalhadores devem exercer ativamente seu papel histórico na defesa da democracia e dos direitos da classe trabalhadora!



Em meio às atividades do Planejamento os dirigentes da Intersul participaram de audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas e ato de protesto contra a privatização do setor elétrico.

### CELESC

## OUVIR PROPOSTAS E DEBATER IDEIAS

*Campanha para DCL iniciou esta semana*

O período de campanha da eleição para Diretoria Comercial da Celesc iniciou nesta terça-feira, dia 22.

Nos próximos dias os candidatos Eduardo Cesconeto, Dilson Luiz e Cláudio Varela devem percorrer as Agências Regionais e Administração Central para conversar com trabalhadores e apresentar propostas para a gestão à frente da Diretoria Comercial.

Os sindicatos da Intercel permanecem fiéis à orientação da categoria: não apoiar nenhum candidato neste pleito. Porém, como defensores incondicionais da eleição, a Intercel traz como obrigação convocar os trabalhadores a ouvirem os candidatos e deba-

terem o futuro da Celesc. Prestem atenção nas propostas e lembrem-se: candidato que utilizar o espaço para atacar seus adversários ao invés de apresentar propostas, não merece o voto dos trabalhadores. Além disso, é necessário calma e tranquilidade para filtrar a boataria característica desta eleição.

Sempre sob fortes ataques, a eleição para a DCL é um direito adquirido através de muita luta. Por isso é de grande importância que os celesquianos participem efetivamente das eleições. A participação dos trabalhadores na gestão da empresa é mais uma arma na luta pela manutenção da concessão e pela Celesc Pública.

# TRIBUNA LIVRE

## O QUE QUEREMOS PARA O BRASIL?

Por Dinivaldo Gilioli

*A crise, mais política do que econômica, desafia especialistas sobre os desdobramentos do processo de impeachment da presidenta Dilma. A oposição, capitaneada pelo PSDB e DEM, com ajuda de parte do PMDB, da grande mídia, da FIESP e de setores da área jurídica, está conseguindo o que pretendia: "sangrar o governo".*

*Independentemente da análise que se possa fazer da manifestação do dia 13/03 e das mais recentes, não se pode desconsiderar que o ato retumbou no país inteiro; cujas principais palavras de ordem foram: fora Dilma, fora Lula, fora PT, fora Cunha, fora Renan e contra a corrupção.*

*De fato, a carga pesada está sobre o PT. No entanto, sobram faíscas para outros partidos e políticos que tentam se aproveitar da situação. As principais lideranças do PSDB, Aécio Neves e Geraldo Alckmin, tiveram que sair de fininho da manifestação na cidade de São Paulo.*

*A questão fundamental é a seguinte:*

*além de se combater a corrupção e os corruptos, o que é natural, qual é a alter-*

***"Que o Brasil vive uma de suas piores crises políticas, é fato. Que a oposição tem colocado gasolina na fogueira, também é fato. Diante disto, qual é o rumo, quais são as propostas objetivas capazes de desvencilhar-se dos nós da política rasteira e comezinha. O que fazer para o país avançar em favor de seu povo?"***

*nativa ou as alternativas que se apresentam para o país?*

*Neste sentido, entendo que as mani-*

*festações contra e pró Dilma precisam alcançar um patamar político mais elevado. O ranço e animosidade reinantes não projetam saídas saudáveis; vide o que ocorreu na ditadura civil-militar.*

*Que o Brasil vive uma de suas piores crises políticas, é fato. Que a oposição tem colocado gasolina na fogueira, também é fato. Diante disto, qual é o rumo, quais são as propostas objetivas capazes de desvencilhar-se dos nós da política rasteira e comezinha. O que fazer para o país avançar em favor de seu povo?*

*Este é o desafio posto aos políticos, realmente comprometidos com os interesses da nação e de sua gente. Este é o desafio para todos os cidadãos e cidadãs conscientes de seu papel na política, com P maiúsculo. O Brasil depende muito das ações articuladas da sociedade civil organizada. Ainda que um e outro pouse de herói, não há salvador da pátria!*

Dinivaldo Gilioli, autor dos livros Sindicato e Cultura (Sinergia/Editora Insular) e Cem poemas (Editora da UFSC), entre outros. dinogilioli@yahoo.com.br

### CELESC

## SENADO APROVA PLS 555

*Apesar de avanços, privatização ainda ronda empresas públicas*

A Lei de Responsabilidade das Estatais foi aprovada no Senado na última semana. Após ter sido retirado de pauta por 4 vezes, o PLS 555 foi votado em mais um dia de forte mobilização de movimentos sociais e sindicais. Apesar de avanços em relação à proposta original, com a retirada da obrigatoriedade de transformação das empresas estatais em Sociedades Anônimas e a proibição da conversão de ações ordinárias em preferenciais, que poderia privatizar a Celesc e várias outras estatais, do dia para a noite, o projeto ainda conta com questões muito prejudiciais à organização dos trabalhadores.

Com o ingresso do governo no debate, algumas questões foram minimizadas. Entretanto, para viabilizar este acordo o Governo deixou passar uma questão que atinge diretamente a representação dos trabalhadores da Celesc. A proibição de que dirigentes sindicais sejam indicados para vagas no CA de empresas públicas. Na Celesc a eleição de um trabalhador para representar os empregados no colegiado já

é tradição. Desde a década de 80 os celesquianos indicam através de voto um companheiro para representá-los. O que a princípio era um mero formalismo, a partir de 94 passou a ser um espaço de representação plena e de luta em defesa da empresa pública com a eleição de companheiros ligados aos sindicatos da Intercel. A proibição é um ataque direto à organização dos trabalhadores, forçada por políticos representantes de indústrias e do grande capital. O acordo entre governo e oposição, que retirou a corda da privatização do pescoço das estatais manteve estas amarras. Diante disso é muito importante que a classe trabalhadora permaneça mobilizada cobrando pela não aprovação deste projeto na câmara e pelo veto da presidente.

Apesar de todas as manobras e acordos que, momentaneamente, afastam a privatização de empresas públicas, o debate na Câmara de Deputados tende a ser ainda mais nocivo aos direitos dos trabalhadores, com o aumento dos ataques às estatais dando força ao coro da privatização.



Tasso Jereissati (PSDB) e Aécio Neves (PSDB), articuladores do projeto que ameaça empresas públicas de privatização



LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC  
Jornalista responsável: Paulo G. Hom (SRTF/SC 3489)  
Conselho Editorial: Wanderlei Lenartowicz  
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC CEP 89216-000 | (047) 3028-2161 |  
E-mail: sindsc@terra.com.br  
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

# FEMINISTAS

que você precisa conhecer

Por Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel



As reflexões produzidas pelo feminismo – numa economia expressiva, já que se trata na realidade de feminismos, no plural – colocam questões fundamentais para a análise da opressão às mulheres nas sociedades contemporâneas. Mas não é só da posição relativa das mulheres que trata a crítica feminista.

O conjunto cada vez mais volumoso dos estudos feministas expõe os limites das democracias quando estas convivem com a exploração e a marginalização de amplos contingentes da população. Analisam, assim, mecanismos que operam para silenciar alguns grupos e suspender a validade das suas experiências – eles operam de maneira específica sobre as mulheres, mas não se reduzem a uma questão de gênero. Tratam das conexões entre o mundo da política, o mundo do trabalho e a vida doméstica cotidiana. Na produção mais recente, sobretudo, apresentam contribuições incontornáveis para o entendimento de como diferentes formas de opressão e de dominação operam de forma cruzada e sobreposta. Cada vez mais, falar da posição das mulheres é falar de como gênero, classe, raça e sexualidade, para mencionar as variáveis mais mobilizadas, situam conjuntamente os indivíduos e conformam suas alternativas.

Em sua diversidade, a produção feminista questiona a subordinação e confronta, permanentemente, discursos que se fundam na “natureza” para justificar a opressão. A lista que apresentamos traz um conjunto (entre muitos outros possíveis) de leituras feministas que colaboram para entender o mundo contemporâneo e os desafios que enfrentamos para a construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária e mais livre. A ordem segue de maneira aproximada a data da publicação original das obras.

**Alexandra Kollontai – Selected writings (1977).**

Um dos nomes de proa da primeira geração bolchevique, Kollontai dedicou-se a entender a relação entre classe e gênero. A fronteira de classe, para ela, era intransponível: parte de seu trabalho consistia na crítica ao feminismo burguês, que buscava a igualdade “sem desafiar prerrogativas e privilégios” e enchia a boca para falar de amor livre, mas mostrava repulsa diante da “desordem sexual” das classes populares.

**Simone de Beauvoir – O segundo sexo (2009).**

O segundo sexo é considerado texto fundador do debate feminista contemporâneo. Nos quase 70 anos que nos separam de sua publicação original, em 1949, foi muitas vezes comentado e criticado, serviu de base para reflexões renovadas e para a ação política de muitas mulheres. Tem sido, recorrentemente, alvo de investidas conservadoras.

**Heleith Saffioti – A mulher na sociedade de classes (2013).**

No Brasil, a posição de obra inaugural do debate feminista contemporâneo pode ser atribuída a Heleith Saffioti. Publicado pela primeira vez em 1969, o livro foi a tese de livre-docência da autora, defendida na Universidade de São Paulo dois anos antes. O referencial marxista orienta a análise do livro, que mostra que parte importante da reflexão feminista no Brasil se organizou no diálogo com a crítica e a ação política de matriz socialista.

**Carole Pateman – O contrato sexual (1993).**

As teorias contratualistas, que representaram o primeiro esforço para justificar a autoridade política sob uma perspectiva liberal, afirmam que a sociedade nasce de um acordo entre todos os homens. Mas seu pressuposto oculto, busca mostrar a inglesa Pateman, é a dominação prévia dos homens sobre as mulheres.

**Bell Hooks – Feminist theory: from margin to center (2000).**

Não é possível, hoje, falar em feminismo sem considerar as contribuições das feministas negras. Suas elaborações teóricas, profundamente entrelaçadas à atuação política em sociedades que não são apenas masculinas, mas orientadas pelos privilégios de homens e mulheres brancas, desafiaram o universalismo de um modo que é hoje incontornável.

**Iris Marion Young – Justice and the politics of difference (1990).**

A cientista política estadunidense Iris Marion Young, que faleceu precocemente em 2006, deixou uma obra curta, mas de grande impacto. Justice and the politics of difference marca o momento de maior radicalidade de seu pensamento. Ela observa como o apelo ao “universal”, tão presente na tradição filosófica do Ocidente, trabalha sistematicamente para naturalizar as posições dominantes (homem, branco, proprietário etc.) e assim invisibilizar os dominados.

**Christine Delphy – L’ennemi principal (Paris: Syllepse, 2013).**

O pensamento feminista sempre recriminou o marxismo pela desatenção às questões de gênero, entendidas como necessariamente secundárias em relação a classe – e produziu várias tentativas de sínteses, em que os dois eixos de desigualdade fossem levados em conta. Uma das mais instigantes é a da francesa Delphy.

**Carol Gilligan – Uma voz diferente (1990).**

Publicada em 1982, a obra inaugura as reflexões sobre uma ética baseada no cuidado. Gilligan tem como ponto de partida a teoria dos estágios morais do filósofo e psicólogo estadunidense Lawrence Kohlberg, que é subvertida quando as vozes das mulheres são tomadas como tal, e não tendo como referência um “universal” fundado na posição masculina.

**Catherine A. MacKinnon – Hacia una teoría feminista del Estado (1995).**

Por seu tom fortemente polêmico, a obra da jurista estadunidense MacKinnon é, com frequência, mal interpretada e mesmo folclorizada. Mas ela apresenta contribuições de enorme importância, mesmo que controversas, para compreender os mecanismos de reprodução da dominação masculina

**Susan M. Okin – Justice, gender, and the family (1989).**

As tensões entre o universal e o específico atravessam o debate feminista. Vale lembrar que o liberalismo não incide apenas na reflexão das feministas liberais, mas alimenta historicamente as concepções da individualidade mobilizadas na luta pelos direitos das mulheres. Mesmo entre aquelas que podem ser definidas como liberais, como Okin, deslocamentos significativos se impõem quando a perspectiva feminista é considerada.

**Nancy Fraser – Justice interruptus (1997).**

Fraser, uma filósofa estadunidense, parte da reflexão feminista para construir uma teoria normativa abrangente da política. No texto mais conhecido de Justice interruptus, ela propõe um modelo bidimensional de lutas por justiça, que inclua tanto a redistribuição material quanto o reconhecimento das diferenças.

**Patricia Hill Collins – Black feminist thought (Boston: Hyman, 1990).**

Collins destaca o potencial das experiências e do pensamento das mulheres negras para a crítica a uma matriz de dominação fundada simultaneamente na raça e no gênero.

